



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas Sociais

A universidade enquanto espaço de resistência: percursos de mulheres Avá-Guarani no oeste do Paraná na educação superior

Gilza F. Souza F. Pereira, Gilza Kaingang¹
Wagner Roberto do Amaral²

Resumo. Esse trabalho é resultado do mestrado de uma pesquisadora Kaingang em co-autoria de pesquisador não indígena. Reflete parte do percurso da autora enquanto mulher, mãe e pesquisadora, dialogando com vivências das mulheres Avá-Guarani no processo de resistência política e na universidade. Analisamos a emergência e a expansão do movimento indígena, refletindo sobre a política de educação superior indígena no Paraná. A pesquisa constituiu-se de três momentos sendo a revisão bibliográfica, o levantamento documental e a pesquisa de campo. A partir das incursões realizadas nos tekohás, por meio de observações, diálogos e entrevistas, ouvimos e sentimos as narrativas das mulheres Avá-Guarani.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas; Movimento Indígena; Educação Superior Indígena.

Abstract: This work is the result of research by a kaingang co-authored by a non-indigenous researcher. It reflects part of the author's journey as a woman, mother and researcher, dialoguing with the experiences of Avá-Guarani women. She intended to analyze the participation of these women in the process of political resistance. We analyze the emergence and expansion of the indigenous movement, bringing reflections on higher education. It consisted of three moments, the bibliographic review, the survey and document analysis and field research. From the incursions carried out in the tekohás, through observations, dialogues and interviews, it was possible to hear and feel their narratives.

Keywords: Indigenous Women; Indigenous Movement; Indigenous Higher Education.

¹ Terra Indígena São Jerônimo, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina, Ms. e Doutoranda pelo Programa de Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Faz parte da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). E-mail: gilza_10@hotmail.com

² Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (1993), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor associado do Departamento de Serviço Social e docente pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: wramaral2011@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Ainda que este texto tenha sido elaborado de forma conjunta entre dois pesquisadores, sendo uma indígena e outro não indígena, o trabalho passa a ter sentido a partir da confluência dos percursos da autora indígena com as expressões das mulheres Avá-Guarani, também acadêmicas e egressas da educação superior. Desta forma, o trabalho contará com a narrativa direta de sua autora indígena, pertencente ao povo Kaingang, entendendo ser este texto também uma expressão de suas lutas e resistências.

Para narrar e analisar o sentido desse trabalho, é preciso contar um pouco da minha história enquanto mulher Kaingang e fazer uma breve contextualização do meu percurso na universidade até alcançar a pós-graduação.

Pertenço ao povo Kaingang de uma terra indígena localizada na região norte do Paraná, sou mãe de três meninas e graduada em Serviço Social. Vivem na minha comunidade as três etnias que habitam o território paranaense: Kaingang, Guarani e Xetá, as quais eu sempre tive contato.

A minha vida escolar também começa na terra indígena onde fiz o ensino fundamental I na escola localizada na comunidade, frequentando o ensino fundamental II e o ensino médio na escola estadual localizada na cidade, por não haver esses níveis de ensino na terra indígena.

A oferta da educação escolar em terras indígenas no Paraná foi oficialmente estadualizada em 2008. Atualmente, estão em funcionamento 39 escolas estaduais indígenas, localizadas em 26 terras indígenas no território paranaense, atendendo aproximadamente cinco mil alunos, segundo dados da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR).

O Paraná também se destaca como pioneiro na implementação de uma política estadual de educação superior indígena no país (LUCIANO; AMARAL, 2021). Em 2001 foi sancionada uma lei estadual que garante aos povos indígenas residentes no território paranaense o direito de ingressar numa Instituição de Estadual de Educação Superior (IEES), por meio de vagas suplementares. Por meio dessa política, ingressei na universidade em 2006, após ser classificada no V Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná³. Vim para Londrina com uma vaga garantida em qualquer um dos cursos ofertados

³ O Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná foi a primeira experiência de processo seletivo diferenciado e específico para povos indígenas na educação superior pública em cursos convencionais no país ((LUCIANO; AMARAL, 2021). Atualmente, são oferecidas 42 vagas por ano pelas sete universidades estaduais e mais 10 vagas na Universidade Federal do Paraná (UFPR). No período de 2002 a 2020, foram realizadas 20 edições do “Vestibular Indígena” (como é popularmente conhecido), de forma itinerante pelas universidades envolvidas, sendo uma experiência pioneira de seleção diferenciada e específica de indígenas nas universidades públicas no país.



pela universidade e com uma bolsa permanência mensal no valor de R\$ 350,00⁴. Nessa ocasião, escolhi me matricular no curso de Direito na universidade.

O caminho percorrido pela política estadual de educação superior indígena do Paraná revela a busca pelo espaço acadêmico como estratégia de luta e de melhores condições de vida para os acadêmicos e egressos, para nossas famílias e para nossas comunidades de pertencimento. Progressivamente, passamos a nos apropriar do espaço acadêmico, tendo em vista as demandas historicamente existentes em nossas comunidades e em diversas áreas, como educação, saúde, assistência social, gestão territorial, dentre outras.

Depois de ingressar na universidade, tive diversas dificuldades no curso de Direito e depois de dois anos migrei para o curso de Serviço Social. Ao decorrer dos anos fui aprendendo, sempre que possível, a me colocar enquanto uma estudante Kaingang. Contando com o reconhecimento e o respeito dos colegas de sala, professores vinculados à Comissão Universidade para os Índios (CUIA)⁵ comprometidos com a questão indígena, e com uma filha nos braços, consegui me graduar em Serviço Social no início de 2016.

O ingresso na pós-graduação stricto-sensu por meio de um edital específico no ano de 2018⁶, me possibilitou estudar sobre as realidades dos povos indígenas através dos seus processos de resistência. Abordei como tema central da minha pesquisa a questão das mulheres Avá-Guarani no Oeste do Paraná associada à educação superior indígena enquanto espaço de resistência política de seu grupo étnico. Desse modo, nos diferentes espaços de luta, minha narrativa enquanto mulher e pesquisadora indígena passa a se confundir com as narrativas de muitas outras mulheres indígenas, sobretudo neste trabalho,

⁴ No período de 2002 a 2016, foram publicadas seis resoluções pela SETI-PR alterando valores da “bolsa auxílio” para os/as estudantes indígenas. Conforme Resoluções da SETI o valor mensal desta bolsa em 2002 foi de R\$ 250,00 sendo em 2004 alterado para R\$ 270,00; em 2006, passou para R\$ 350,00. A partir de 2008, foi fixado o valor total de R\$ 400,00 passando a ter acréscimo nos casos em que o/a estudante comprovasse paternidade, maternidade ou dependentes; em 2010 o valor estabelecido foi de R\$ 633,00 e R\$ 949,50 para aqueles que comprovassem paternidade/maternidade. Desde o ano de 2016, o valor é fixado em R\$ 900,00 e acrescido de 50% a quem comprove ter filhos/as ou dependentes. Os/as indígenas ingressantes tem ainda o direito a um auxílio-instalação no mesmo valor de uma bolsa mensal pago no primeiro mês de aula. A memória do processo de instituição desse benefício e a progressiva alteração dos valores e natureza das bolsas podem ser encontrados em Amaral (2010) e Amaral e Silvério (2016)

⁵ A CUIA é constituída por representantes de cada uma das IES envolvidas nesta política. Sendo uma comissão estadual, possui como tarefas o acompanhamento pedagógico dos acadêmicos nos cursos de graduação, a coordenação dos vestibulares indígenas, a gestão do auxílio permanência e desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e de extensão envolvendo os estudantes indígenas. Ainda que orientadas por uma resolução estadual que define normas acadêmicas para ingresso, permanência e conclusão da graduação, cada IES constituiu também uma CUIA local com regulamentações e programas específicos (AMARAL; SILVÉRIO, 2016; AMARAL, 2019).

⁶ O edital de seleção específica está associada ao projeto de pesquisa intitulado “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”, desenvolvido conjuntamente pela Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Centro-Oeste e Universidade de São Paulo - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” USP/ESALQ, no período de 2017 a 2019. Ver mais em Amaral e Ichikawa (2019).



ao alcançar os relatos de resistência das mulheres Avá-Guarani da região Oeste do Paraná presentes na educação superior.

Assim como no meu percurso, os jovens Guarani, como outros jovens indígenas no Brasil, passam a frequentar os espaços de escolarização básica, por vezes na própria aldeia, por vezes em escolas não indígenas nas cidades, nem sempre conectadas com os aspectos da cultura do seu povo. É a partir do acesso ao ensino fundamental e ao ensino médio que as e os jovens Avá-Guarani passam a acessar a universidade e as formas de produção de conhecimento dos não indígenas. Esse processo é recente enquanto uma política educacional, tanto na educação básica como na educação superior no Brasil.

Deste modo, ao longo da pesquisa de mestrado, tive algumas dificuldades em encontrar livros, artigos, textos em geral, com autoria indígena. Durante décadas, nós, indígenas que, na maioria das vezes, fomos e ainda somos os próprios “objetos” de pesquisa, agora, aos poucos, estamos nos tornando as/os pesquisadoras/es-sujeitos/as da nossa própria história. É notável a presença cada vez maior do ingresso de indígenas nas IES, tornando-se uma realidade e uma referência para nossas famílias, nossas comunidades, nossos povos e, principalmente, para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, tendo em vista as inspirações que apresentei para o meu envolvimento e para a produção da pesquisa de mestrado, em conjunto com o meu orientador, co-autor deste texto, propus e desenvolvi uma investigação de natureza qualitativa, pretendendo um aprofundamento maior da realidade social, principalmente da realidade indígena no Brasil, para conhecê-la, analisá-la e interpretá-la com base em fundamentação teórica consistente, acompanhada do diálogo fundamental com as/os sujeitas/os indígenas.

Desta forma, ao pensar o meu percurso acadêmico, passei a perceber e a indagar as trajetórias das mulheres Avá-Guarani enquanto acadêmicas e egressas da educação superior, inquietando-me e problematizando esses processos. Muitas questões passaram a emergir, tais como: qual o papel das mulheres indígenas nos processos de luta e de resistência de seus grupos étnicos? Como se apresentam e se manifestam nos processos de mobilização e organização em suas comunidades? Por quais motivos são maioria nos índices de matrícula nas IEES do Paraná? Por quais motivos são maioria nos índices de conclusão na graduação nas IEES do Paraná? Em que impacta essa formação acadêmica no interior de suas comunidades e para seu grupo étnico? Quais relações estabelecem entre a formação acadêmica e as lutas de resistência de seu povo?

Dentre as muitas indagações compartilhadas com companheiras/os indígenas também universitários e com o meu orientador de mestrado, defini como problema de pesquisa a seguinte questão: qual participação das mulheres Avá-Guarani acadêmicas e egressas da educação superior no processo de resistência política do seu grupo étnico?



Defini desta forma, como objetivo geral: analisar a participação das mulheres Avá-Guarani acadêmicas e egressas da educação superior no processo de resistência política desse grupo étnico.

A pesquisa foi constituída por três momentos inter-relacionados sendo: a revisão bibliográfica, o levantamento documental e a pesquisa de campo. Foram realizadas entrevistas com cinco mulheres Avá-Guarani pertencentes aos tekohás⁷ da região Oeste do Paraná, sendo transcritas e analisadas a partir da técnica de Análise de Conteúdo. Agregasse a essa tarefa um aspecto que considero importante por se tratar de uma mulher e pesquisadora indígena, essencialmente sujeita desse processo, em diálogo com outras mulheres indígenas, implicando num envolvimento intenso de superação da nossa condição histórica até então enquanto “objetos” de pesquisas e, nesse momento, contribuindo para reconhecer o nosso protagonismo como sujeitas efetivas desse processo de produção de conhecimentos (PEREIRA; AMARAL, 2019).

2. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO INDÍGENA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

O tema da pesquisa, inspirado na relação entre as mulheres Avá-Guarani no Oeste do Paraná e a educação superior indígena, se apresenta enquanto a primeira pesquisa de mestrado desenvolvida por uma pesquisadora indígena no programa de pós-graduação em Serviço Social na universidade em que estou vinculada, neste momento como estudante de doutorado. Como mulher indígena acadêmica, incluo-me nesse protagonismo que reflete a fundamental presença e a atuação investigadora de novas sujeitas que vêm progressivamente ocupando o espaço acadêmico em diversas universidades no país, inaugurando novas formas de olhar, sentir e pensar as suas realidades indígenas. Temos escrito a partir das nossas próprias vivências, relatos da nossa realidade por meio do nosso jeito de ser e de viver, de educar, de comunicar, de organizar, de acreditar em forças superiores, no poder da natureza, na forma de relacionar, de amar, de lutar, e de pensar o mundo.

Desse modo, é possível que, daqui a algum tempo, observemos mudanças significativas nos diversos espaços em que nós, indígenas, começamos a atuar, possibilitando ainda mais a nossa participação não somente na execução das políticas públicas, mas, sobretudo, na elaboração e também na sua gestão. Talvez, mais adiante,

⁷ Os conceitos de territorialidade e mobilidade espacial compõem a cosmologia Guarani. Para eles, terra/território é *Tekoha*, como já explicitado, onde deve ser um lugar que seja possível bem viver. Dessa forma, tal território deve possuir espaço para reprodução de seus modos culturais como a agricultura, a criação de animais, espaço de caça e coleta próximo de matas e rios. O Tekohá também é composta pelos elementos socioculturais e econômicos que os permeiam como as famílias extensas, com agregados, parentes e afins, onde se relacionam e mantêm organização política, econômica e religiosa própria (COLMAN, 2015, p. 17).



não nos reprimam nem nos queiram tutelar tanto quanto ainda sentimos, e nos respeitem como povo que sabe o quer, que já viveu historicamente e sabe onde quer estar.

A sistematização da minha experiência de vida, étnica, profissional e de militância passa a confundir-se e associar-se às interpretações e às análises das leituras de referenciais teóricos realizadas sobre os elementos históricos da trajetória do movimento indígena no Brasil.

Atualmente, o maior espaço de articulação dos povos indígenas no Brasil é o Acampamento Terra Livre (ATL), principalmente nesse contexto político, marcado pela ausência de investimentos do setor público para subsidiar as pautas indígenas e o ofensivo desrespeito do governo federal⁸. No entanto, os indígenas de todo o país estão cada mais comprometidos em defender o nosso povo, nossos territórios, nossas culturas, nossas crenças e nossa história por meio da nossa resistência. Como movimento social, nos fortalecemos, nos organizamos e nos mobilizamos frente aos retrocessos e ataques constantes do governo federal diante dos nossos direitos.

O líder indígena Daniel Mundurucu costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer índios em movimento. Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território indígena estabelece e desenvolve o seu movimento. (LUCIANO, 2006 p.59)

Nesse sentido, as mulheres indígenas também compõem o movimento indígena⁹ e estão em movimento na luta. Segundo Verdum (2008), desde o fim da década de 1980, temos participado de modo cada vez mais consistente nas reuniões das agendas indígenas nacionais e internacionais. Evidencia ainda que as mulheres indígenas têm conseguido se inserir dentro do movimento indígena e nos espaços de debate e decisões, principalmente em pautas voltadas às políticas públicas para o enfrentamento da violência familiar e interétnica, do acesso às tecnologias e financiamentos para geração de renda dentro das comunidades indígenas, da saúde, da alimentação indígena e da participação nas decisões do governo.

Importa ressaltar que, de acordo com Pinto (2010), para o protagonismo de muitas das mulheres indígenas no meio político tivemos a influência do feminismo como ideologia e pela temática de gênero que procura a igualdade e equidade na diferença. Segundo a autora, as mulheres indígenas têm enriquecido as agendas políticas latino-americanas e do mundo todo, trazendo a necessidade de “construir uma política de solidariedade que parta

⁸ No primeiro dia de governo Jair Bolsonaro, ele assinou a Medida Provisória MP n. 870/19, que realoca a FUNAI do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura.

⁹ Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos. (LUCIANO, 2006, p.58)



do estabelecimento de alianças que reconhecem e respeitem a diversidade de interesses das mulheres” (PINTO, 2010, p. 4).

Matos (2012) destaca que as mulheres indígenas têm formulado demandas específicas ao gênero feminino, como cuidados com a saúde reprodutiva e criação dos filhos, combate à violência contra mulheres, assim como também reivindicam maior participação feminina nos espaços públicos indígenas e indigenistas, maiores oportunidades, dentre outras demandas. Ainda segundo a autora, atualmente, as mulheres indígenas lutam para conseguir maior participação direta no gerenciamento de projetos indígenas comunitários, principalmente, os de desenvolvimento sustentável e de revitalização cultural articulada à geração de renda. Para a autora, as mulheres indígenas trouxeram novas pautas e preocupações para os órgãos do Estado de defesa dos direitos dos indígenas. Enriquecemos o debate dentro do movimento indígena mostrando para o coletivo as demandas, as especificidades e as necessidades, dentro do espaço onde cada uma atua.

A partir disso, observamos que a participação das mulheres indígenas proporcionou diversos contatos, por meio da circulação nestes ambientes de debates e encontros políticos do movimento indígena, fundamentalmente a vivência e a troca de experiências entre os diversos povos indígenas presentes nestes espaços, ampliando as perspectivas sociais e políticas de participação tanto na aldeia como no campo do indigenismo.

Segundo Tukano (2018) as mulheres indígenas que estão em nossas aldeias como mães, cozinheiras, parteiras, rezadeiras são muito importantes como qualquer outra mulher que esteja na luta em outros espaços, como na universidade, nos partidos políticos, nas associações, dentre outros; protagonizam e fortalecem o movimento das mulheres indígenas como mulheres de luta e lideranças. Diante dessas características, a autora observa que as mulheres indígenas:

[...] são fundamentais para a luta de seus povos, não importa os espaços que elas ocupam nas comunidades. Elas são reconhecidas como mulheres kunhangue py'a guasu (corajosas), mulheres de luta pelas suas terras, pelo bem-estar das comunidades e pelo fortalecimento de suas identidades. As diferentes etnias brasileiras estão nessas lutas, de modo geral. Além de se verem divididas entre tantos afazeres e responsabilidades, elas enfrentam o desafio da invisibilidade e buscam forças em outras mulheres indígenas e não indígenas. (TUKANO, 2018, p.3).

A universidade também passa a ser um desses caminhos percorridos na luta indígena, sobretudo, pelas mulheres indígenas, tornando-se cada vez mais comum a nossa presença nesses espaços e nos movimentos sociais indígenas. Dessa maneira, muitas passam a desempenhar a função de lideranças indígena sendo mediadoras entre nossos povos e a sociedade envolvente.



Atualmente é possível constatar um crescente avanço das mulheres na educação superior. Cumpre destacar o importante espaço que a universidade pode exercer para o despertar de uma consciência crítica, tendo ainda o potencial de ampliar os horizontes e estratégias de lutas dos povos indígenas, sendo a mulher uma das protagonistas neste processo. Esta presença está profundamente associada à reflexão de Luciano (2006. p. 67) ao afirmar que “a resistência que fora por muito tempo travado com o uso de armas, começou a se dar na arena política. Os índios costumam dizer: da luta pelas armas à luta pelo papel e caneta”.

3. EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA: O INGRESSO E PERMANÊNCIA DE MULHERES INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES PARANAENSES

Refletir sobre o ingresso e permanência de indígenas na universidade e, principalmente, de mulheres indígenas alcançando esse nível da educação brasileira, tem sido fundamental, uma vez que a educação superior se apresenta como um espaço de conquista dos nossos direitos e, ao mesmo tempo, de instrumento de luta e resistência.

A primeira conquista institucionalizada no que se refere à educação superior para povos indígenas só aconteceu com o Parecer n.º 10/2002 onde o relator argumenta pela especificidade da formação de professores indígenas. A Universidade Federal de Roraima foi a primeira universidade que proporcionou um curso de licenciatura intercultural sendo a primeira a ter um corpo docente específico na formação de professores indígenas no Brasil. Ressaltamos também o curso de licenciatura intercultural, focado na formação de professores indígenas, ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) e a experiência do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná.

No Paraná, as primeiras discussões de uma política de educação superior indígena datam do início dos anos 2000. O Projeto de Lei n. 232/00 tramitou em diversas comissões na Assembleia Legislativa do Paraná, sendo aprovado como Lei Estadual n. 13.134/01, estabelecendo que cada universidade instituída ou criada pelo Estado deverá reservar três vagas para serem disputadas exclusivamente entre os indígenas integrantes das comunidades indígenas paranaenses. A referida Lei foi alterada em 2006, pela lei n. 14.955/06, que amplia as vagas de três para seis.

O I Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, aconteceu nos dias 04 a 06 de fevereiro de 2002, na cidade de Guarapuava- PR, estudantes indígenas de todo o estado passaram a ingressar nas universidades estaduais e, a partir de 2005, na Universidade Federal do Paraná.

O ingresso na universidade nos possibilitou vivenciar outros conhecimentos e relações, tanto sociais, acadêmicas como culturais, de nos autorreconhecermos como



indígenas ou mesmo nos ocultarmos dessa condição. Acentuo que, dentre as dificuldades pós-vestibular vivenciadas por nós como estudantes indígenas à época, uma das mais difíceis foi a indefinição da bolsa auxílio-permanência pelo Governo do Estado do Paraná, pois até o momento das matrículas dos primeiros ingressantes, essa questão ainda não se apresentava definida.

Segundo Relatório da Comissão Universidades para Índios (CUIA, 2020), as IEES do Paraná contam com 221 estudantes indígenas matriculados em sete universidades estaduais¹⁰, sendo 105 homens e 116 mulheres. Desse total, 62% são pertencentes à etnia Kaingang, 36,2% são pertencentes à etnia Guarani e 1,8% pertencentes a outras etnias e/ou não informaram. Diante do contexto, as mulheres indígenas se apresentam como maioria dentro das IEES do Paraná considerando que, atualmente, segundo dados da CUIA, cerca de 52,4% das matrículas indígenas nas universidades estaduais do Paraná correspondem às mulheres. Outra informação a considerar é de que a maioria dessas mulheres é mãe.

Um outro dado importante é com relação aos graduados, sendo um marco histórico para os povos indígenas do Paraná. Segundo Relatório da Comissão Universidades para Índios (CUIA, 2010), totalizam 101 indígenas formados em seis IEES do Paraná. Destes formados, 65,3% são mulheres e 34,7% homens. A maioria dos egressos é constituída por mulheres Kaingang.

Esta realidade também se apresenta com a presença de pesquisadores indígenas do Paraná em programas de pós-graduação dentro e fora do estado. Totalizam atualmente seis mestrands indígenas sendo cinco mulheres e apenas um homem.

Essa nova realidade é reflexo das mudanças ocorridas após a criação de políticas sociais públicas voltadas aos povos indígenas desde o ano de 2003, destacando-se, neste processo, a publicação de leis e decretos específicos para povos tradicionais e indígenas, dentre elas a instituição de políticas afirmativas, sendo uma reparação social diante da dívida histórica do Brasil para com as populações indígenas e negras, viabilizando seu ingresso e permanência em diferentes cursos de graduação e de pós-graduação no país. É urgente a necessidade da elaboração de legislações específicas que tratem exclusivamente das nossas questões enquanto povos indígenas, sobretudo, no campo da educação, sendo fundamental para a formação de novos educadores e profissionais indígenas. Dessa maneira, o Estado do Paraná se destaca frente aos demais entes federativos, com uma legislação específica visando a inclusão de indígenas na educação superior. Os números

¹⁰ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).



apresentados demonstram a importância e a perspectiva afirmativa da presença indígena na educação superior pública.

Isso implicará diretamente na (re)construção da história brasileira que passa a ser contada não aos olhos daqueles que nos colonizaram, mas, sim, pelos próprios indígenas em parceria com companheiros/as não indígenas, sendo as/os primeiras/os, as/os protagonistas diretos e verdadeiras/os guardiã/ões, construtoras/es e contadoras/es das memórias de resistência nesse país.

4. PERCEPÇÕES E REFLEXÕES DA IMPORTÂNCIA DAS MULHERES AVÁ-GUARANI NOS PROCESSOS DE LUTA E RESISTÊNCIA

Como refletido ao longo deste trabalho e por meio das entrevistas, é possível afirmar que as mulheres Avá-Guarani vêm se organizando e se posicionando em todos os espaços, inclusive na liderança indígena. No contexto atual, a organização das mulheres Avá-Guarani está conectada à organização das mulheres indígenas, que vem ocorrendo em todo o território brasileiro. Nesse sentido, passam a alcançar novos lugares de fala e de fortalecimento da presença e atuação das mulheres indígenas.

Pelas leituras feitas, pelas conversas informais proeadas, pelas atividades de campo nos tekohas andarilhados no oeste do Paraná, pelas entrevistas realizadas com as mulheres indígenas egressas e acadêmicas (PEREIRA, 2021) e também pela vivência da autora deste trabalho), é possível afirmar que as mulheres indígenas, sobretudo as Avá-Guarani que são protagonistas desse trabalho de pesquisa, estão ocupando todos os espaços, dentro e fora das suas comunidades de pertencimento (PEREIRA, 2021).

Os relatos das mulheres contactadas e entrevistadas refletem que são sábias, guerreiras, determinadas e guardiãs de seus tekohas. Valorizam sua língua e sua cultura e repassam isso na criação dos seus filhos. Estão e sempre estiveram na busca de garantir a sobrevivência e subsistência do seu povo e de suas comunidades, além dos espaços e rituais de sua religiosidade tradicional e das manifestações públicas de luta pela educação, saúde, cultura, terra e outros direitos.

Ainda dentro desse contexto, na garantia dos direitos indígenas, é possível constatar que cada vez mais as mulheres indígenas estão se fortalecendo, se posicionando politicamente e tornando-se mulheres lideranças indígenas, seja para melhoria e organização dentro da aldeia ou levando pautas específicas para os mais diversos órgãos do Estado para defesa dos direitos indígenas.

Conforme analisado, as mulheres indígenas têm circulado em vários espaços, no entanto, é recente sua organização dentro das instituições governamentais, reivindicando direitos fundamentais. Segundo relato das mulheres entrevistadas, atualmente a maior



dificuldade é conseguir ser ouvida, se posicionar diante dos homens, ter voz dentro de suas comunidades, ter que provar a todo tempo para eles que também são capazes, que o que desejam é somente partilhar e caminhar juntos, na luta para a existência dos nossos povos. Tal manifestação pode ser constatada por uma das entrevistadas ao afirmar que:

na maioria das vezes nós mulheres indígenas não somos ouvidas dentro da comunidade, então essa é uma das dificuldades que temos que enfrentar dentro da terra indígena [...] ser mulher liderança, é enfrentar muita dificuldade para se impor, porque a maioria dos lideranças são homens; em uma reunião, por exemplo, uma mulher sozinha pra ter voz e se impor perante eles, tem que se posicionar, ser forte e se colocar mesmo diante das situações e expor, mesmo que os lideranças homens não queiram, que suas ideias sejam discutidas (KUNHA YVA'I, entrevistada).

Entendemos que, por meio de muita luta, as mulheres indígenas estão, aos poucos, ocupando espaços antes apenas ocupados por homens. Ao refletir sobre essas mudanças através das leituras e dos relatos, entendemos a importância do ingresso e permanência nas universidades, tornando-se, muitas vezes, um espaço de acesso ao conhecimento científico e de qualificação profissional. A universidade se apresenta como um desses espaços de lutas.

Nesse sentido, é fundamental compreender a importância de que cada universidade que recebe estudantes indígenas, também possa se repensar do ponto de vista institucional, criando condições de interculturalidade e de visibilidade afirmativa da presença indígena. Enquanto instituições de ensino, devem possibilitar aos estudantes indígenas melhores condições de permanência no ambiente acadêmico. Ressaltamos a contribuição social que as e os acadêmicos e egressos indígenas oferecem para a comunidade universitária e para a comunidade externa, inclusive ao enfrentarem o preconceito e desmistificarem os estereótipos construídos sobre os povos indígenas ao longo de cinco séculos. A presença de indígenas na universidade interroga os currículos e a própria estrutura institucional na educação superior.

Conforme refletem Amaral (2010; 2016) e Amaral, Rodrigues e Bilar (2014), a universidade se apresenta como um novo espaço de luta para muitas mulheres indígenas que, neste contexto, se apresentam como acadêmicas intelectuais e pesquisadoras de seus povos e de suas comunidades, construindo e reinventando seu duplo pertencimento – acadêmico e étnico-comunitário.

Outro aspecto importante a ser ressaltado nesse contexto, são as dificuldades que as mulheres indígenas encontram em conciliar a maternidade e a rotina de estudos que a universidade exige. Ser mãe e acadêmica são trajetórias historicamente ambíguas. Isso se evidencia no relato das entrevistadas e também na experiência de maternidade da autora deste texto enquanto acadêmica indígena na graduação e na pós-graduação.



Para quem tem filhos é difícil, não só no curso que estou, mas em todos os cursos. Para nós, mulheres, se torna mais difícil principalmente quando temos filhos porque temos que nos dividir nestas tarefas do dia-a-dia e dar conta do curso (KUNHA YVA'I, entrevistada).

No entanto, ainda são expressivas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas na luta para a conclusão da graduação. São desafios diários a serem percorridos, desde conciliar as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos até encarar as questões de preconceito, as questões financeiras, pedagógicas, culturais e linguísticas que aparecem no cotidiano.

Muitas das mulheres Avá-Guarani entrevistadas atuam ou desejam atuar como professoras na escola indígena em suas comunidades. Assim como na universidade, a escola indígena também se tornou um lugar de luta e, ao mesmo tempo, um lugar de prestígio perante a comunidade indígena, fazendo com que muitas das professoras indígenas que ali trabalham se tornem, de alguma maneira, lideranças no espaço escolar e, conseqüentemente, dentro e fora da comunidade, seja na produção de documentos ou na própria luta pela melhoria e valorização da educação escolar indígena.

Importante ressaltar que, diante dos relatos e na observação de campo realizada, ficou explícito que dentro da comunidade quem dá a última palavra é o cacique, mas a comunidade ajuda nas decisões tomadas. Como foram explicitados pelas entrevistadas, os xamoi (líderes espirituais do povo Avá-Guarani) sempre ajudam também, eles fazem as rezas, as danças, os cantos, tudo dentro da casa de reza, para que o cacique tome a melhor decisão possível. Diante disso, é possível afirmar outro aspecto de suma importância para os Avá-Guarani: o fortalecimento de sua cultura.

Eu acredito que seja o costume, a dança, o canto, a língua, isso é mais importante na comunidade para não perdemos nossa identidade Ava-Guarani. Por exemplo, o canto de um xamoi Ava-Guarani não tem tradução, então essa é a coisa mais sagrada que nós temos dentro da comunidade, que ninguém pode traduzir. Na casa de reza, recebemos conselho, a alegria das crianças permanece ali dentro da casa de reza, dançando, aprendendo, convivendo com a comunidade, com o xamoi kuera, com os irmãos, com os pais. **Então o mais importante da cultura Ava-Guarani são os cânticos, a língua, o costume de poder estar compartilhando tudo aquilo que conseguimos, mantendo a agricultura Guarani, a memória Guarani.** Todos esses aspectos que nos mantêm vivos até hoje para estar lutando por nossos direitos e o direito das crianças dentro da educação (KUNHA TAKUA, entrevistada; grifo da pesquisadora).

Por fim, entendemos que as mulheres indígenas, sobretudo as Avá-Guarani, sempre foram guardiãs e pilares da história do nosso povo; que passam a ocupar diferentes espaços dentro e fora das suas comunidades; que são mães e professoras engajadas em lutar por melhores condições de vida; que contribuem com a organização da comunidade; que são mulheres que se inspiram e são inspiradas; que são fortes e se posicionam para a comunidade e fora dela também; que incentivam os jovens, abrindo novos horizontes, como



por exemplo, para a entrada na universidade. Isso tudo sem deixar de respeitar os mais velhos e a sua cultura, acima de tudo.

5. REFLEXÕES FINAIS

Este trabalho, nesse momento da minha formação como pessoa, reflete parte do meu percurso enquanto mulher e pesquisadora Kaingang, se encontrando e dialogando com as vivências das mulheres Avá-Guarani acadêmicas e egressas da educação superior. Vivências e diálogos que compõem novas narrativas dos povos indígenas neste país! Trabalho compartilhado em autoria com um pesquisador e autor não indígena, companheiro de muitas reflexões e parcerias para visibilizar afirmativamente nossas lutas!

Reflijo também sobre a organização das mulheres indígenas e como elas vêm se destacando dentro do movimento indígena brasileiro no contexto contemporâneo, dentro e fora das suas comunidades de origens.

Outro aspecto destacado são recentes políticas afirmativas dos povos indígenas na universidade no Brasil, destacando o pioneirismo do Paraná, por ser o primeiro estado brasileiro a implantar e realizar vestibulares específicos para os povos indígenas em universidades públicas. Apesar de muitas fragilidades existentes, o avanço das políticas educacionais destinadas para os povos indígenas abre possibilidades para ocuparmos diversos espaços profissionais, provocando mudanças nas nossas realidades enquanto pessoas, sobretudo e fundamentalmente, como coletivos. No âmbito deste trabalho, adiantamos que a presença das mulheres indígenas nesse processo tem sido imprescindível no fortalecimento das suas identidades étnicas, suas culturas, suas línguas, costumes, crenças e, principalmente, das memórias ancestrais e na resistência do nosso povo.

A partir das incursões realizadas ao decorrer da pesquisa nos tekohas da região oeste do Paraná e ao sermos acolhidos por essas mulheres Avá-Guarani, podendo observá-las e ouvir as suas vozes, principalmente das entrevistadas, acadêmicas e egressas da educação superior, constatamos e vivenciamos o desafio e a sua bravura.

Ser mulher Avá-Guarani, sobretudo em uma região em constante conflito por questões fundiárias, é um grande desafio. Elas são mães, sábias, protetoras, guardiãs da família, da comunidade. Mulheres que lutam diariamente para manterem e afirmarem sua cultura, seu modo de ser, lutam para serem ouvidas, e estão se tornando cada vez mais mulheres lideranças, assumindo cargos importantes nas suas comunidades e reivindicando políticas específicas. Ocupam as organizações indígenas, o movimento indígena e a própria liderança indígena, sem deixar de serem sensíveis, acolhedoras e participativas, respeitando a tradição dos mais velhos e, ao mesmo tempo, incorporando a tecnologia



como ferramenta na luta do seu povo, sempre envolvendo toda a comunidade nas decisões tomadas.

Mulheres Avá-guarani que lutam pelo acesso e permanência nas instituições de ensino superior pública e, conseqüentemente, por qualificação profissional para atuação em suas comunidades e junto ao seu povo. Mulheres que lutam pela educação escolar indígena bilíngue, intercultural, diferenciada, específica e comunitária, convidando e colocando toda a comunidade a fazer parte desse espaço.

Mulheres que lutam por quererem o bem-viver da sua comunidade que nada mais é para elas, sua família extensa. Mulheres, mães, lideranças e guerreiras Avá-Guarani em todos os espaços: em suas comunidades, na escola, na universidade, na luta. Mulheres que sentem orgulho do seu pertencimento étnico, que afirmam e valorizam sua identidade, que orgulham da sua cultura e da sua língua e que carregam sua espiritualidade, seu pertencimento étnico-cultural e comunitário onde estiverem.

Com elas aprendi e aprendo muito, a ser mãe guerreira, a lutar contra meus medos e encontrar o sagrado dentro de mim e me reconectar com minha ancestralidade, sem deixar de ser mulher Kaingang!

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner R. do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

AMARAL, W. R. A Comissão Universidade para os Índios (CUIA) do Paraná: uma experiência inédita de ação interinstitucional de política pública de educação superior indígena no Brasil, In: MATO, D. (Org.). **Educación superior y pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: colaboración intercultural: experiencias y aprendizajes**, Sáenz Peña: Universidad Nacional Tres de Febrero. 2019.

AMARAL, W. R.; ICHIKAWA, E. Y. (Org.). **Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

AMARAL; W. R.; SILVÉRIO, D. M. F. A Comissão Universidade para os Índios: desafios na política de educação superior indígena. em: AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C. (Org.). **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2016.

AMARAL, W. R.; RODRIGUES, M. A.; BILAR, J. A. B. **Os circuitos de trabalho indígena: possibilidades e desafios para acadêmicos e profissionais Kaingang na gestão das políticas públicas**. Mediações, Londrina, v. 19, n. 2, p. 129-145, jul./dez. 2014.

COMISSÃO UNIVERSIDADE PARA OS ÍNDIOS – CUIA. **Relatório do vestibular dos povos indígenas**. 2020. Disponível em: http://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/relatorio_vestibular_indigena.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.



COLMAN, R. S. **Guarani retã e mobilidade espacial guarani**: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani – Campinas, SP. Tese de Doutorado, 2015.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

LUCIANO, G. J. S.; AMARAL, W. R. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. **Integración y Conocimiento**: Córdoba, v.2, n.10, p.13-37, 2021. Disponível em:
<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/34069>

LUCIANO, Gersem S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MATOS, Maria Helena O. Mulheres no movimento indígena: do espaço da complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia M. (Orgs.). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ / Funai, 2012.

PEREIRA, Gilza F. S. F. **Mulheres Avá-Guarani no Oeste do Paraná**: A educação superior indígena enquanto espaço de resistência. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2021.

PEREIRA, Gilza F. S. F.; AMARAL, Wagner. R.; Relatando uma experiência de pesquisa e de luta no movimento social indígena, vivenciada por uma estudante indígena na pós-graduação. In: AMARAL, W. R.; ICHIKAWA, E. Y. (Org.). **Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná**: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

PINTO, A. A. Reinventando o feminismo: As mulheres indígenas e suas demandas de gênero. In.: Fazendo Gênero 9 – **Dísporas, Diversidades, Deslocamentos**. Agosto de 2010. Disponível em:
http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1276200140_ARQUIVO_ApresentFazendoGeneroAleword.pdf. Acesso em: 18 de fev. de 2020.

TUKANO, Nayara. **Mulheres indígenas na liderança**. Das Margens para dentro, São Paulo, dezembro de 2018, n.268. Disponível em
https://www.sescsp.org.br/online/artigo/12813_MULHERES+INDIGENAS+NA+LIDERANCA

VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres Indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008. 87 p.